



# Anamatra tem nova diretoria

Foto: Alessandro Dias



ESPECIAL SOBRE:

**Seminário Trabalho Precoce**



páginas 20 e 27

**A** nova diretoria da Anamatra para o biênio 2011/2013 tomou posse na noite do dia 25, em Brasília (DF). O juiz Luciano Athayde Chaves passou a presidência da entidade ao juiz Renato Henry Sant'Anna. "Queremos fazer justiça em condições dignas, seja no campo das prerrogativas constitucionais, seja no campo das condições materiais de trabalho", anunciou Renato Henry Sant'Anna na cerimônia de posse.

Renato Sant'Anna ingressou na magistratura do Trabalho em 1994 e atualmente é juiz titular da 1ª Vara de Ribeirão Preto (SP). Na Anamatra já ocupou os cargos de vice-presidente (2009-2011), diretor de Assuntos Legislativos (2007-2009) e secretário-geral (2005-2007). Também foi presidente da Amatra 15 (Campinas e Região) no biênio 2003-2005.

**Leia mais sobre a nova diretoria das páginas 15 à 19**

**EXPEDIENTE**

**PRESIDENTE: Renato Henry Sant'Anna**  
(Amatra 15/Campinas e Região)

**VICE-PRESIDENTE: Paulo Luiz Schmidt**  
(Amatra 4/RS)

**SECRETÁRIO-GERAL: Fabrício Nicolau dos Santos Nogueira** (Amatra 9/PR)

**DIRETOR ADMINISTRATIVO: João Bosco de Barcelos Coura** (Amatra 3/MG)

**DIRETOR FINANCEIRO: Gilberto Augusto Leitão Martins** (Amatra 10/DF e TO)

**DIRETORA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL: Cléa Maria Carvalho do Couto** (Amatra 1/RJ)

**DIRETOR DE PRERROGATIVAS E ASSUNTOS JURÍDICOS: Vitor Leandro Yamada**  
(Amatra 14/RO)

**DIRETOR DE ASSUNTOS LEGISLATIVOS: Germano Silveira de Siqueira**  
(Amatra 7/CE)

**DIRETOR DE FORMAÇÃO E CULTURA: Narbal Antônio de Mendonça Fileti**  
(Amatra 12/SC)

**DIRETOR DE EVENTOS E CONVÊNIOS: André Machado Calvancanti** (Amatra 13/PB)

**DIRETOR DE INFORMÁTICA: Valter Souza Pugliesi** (Amatra 19/AL)

**DIRETORA DE APOSENTADOS: Terezinha Célia Kineipp Oliveira** (Amatra 10/DF e TO)

**DIRETOR DE CIDADANIA E DIREITOS HUMANOS: Marcos Neves Fava** (Amatra 2/SP)

**CONSELHO FISCAL: Viviane Maria Leite de Faria** (Amatra 5/Bahia), **Luciana Paula Conforti** (Amatra 6/Pernambuco), **Leonardo Ely** (Amatra 24/Mato Grosso do Sul); **SUPLENTE: Adib Pereira Netto Salim** (Amatra 17/Espírito Santo)

**CORRESPONDÊNCIAS:**  
SHS Qd 06 Bl E Conj A Salas 602/608  
Brasília/DF CEP: 70316-000  
NA INTERNET: [www.anamatra.org.br](http://www.anamatra.org.br)  
CONTATO: (61) 3322.0266 / 3321.7388  
[imprensa@anamatra.org.br](mailto:imprensa@anamatra.org.br)

**REDAÇÃO, EDIÇÃO E JORNALISTAS RESPONSÁVEIS: Mariana Monteiro**  
(7859/DF) e **Viviane Dias** (22651/RJ)

**MARKETING: Adriana Zetula**

**REVISÃO: Alessandro Lisboa** (4053/DF)

**DIAGRAMAÇÃO: Clarissa Teixeira**  
(61) 9202.3012

**IMPRESSÃO: Mais Gráfica e Editora**

**TIRAGEM: 4.750**

## Carta ao associado



Caro associado,

Iniciamos, no dia 25 de maio, uma nova gestão à frente da Anamatra, como pode ser conferido no texto de destaque desta edição do Jornal Anamatra. Mas, como pode ser verificado nas próximas páginas, nas quais ainda registram-se alguns acontecimentos acompanhados pela diretoria anterior, a atual gestão continuará nos mesmos propósitos.

Nossa diretoria continuará a luta associativa para que os magistrados do Trabalho brasileiros possam bem servir à sociedade e fazer justiça, exercendo a carreira que escolheram e que amam. Mas, para isso, precisamos dignifi-

car questões como nossas prerrogativas constitucionais, bem como as condições materiais de trabalho.

E para que isso aconteça, continuaremos firmes na defesa da legislação que nos garanta estabilidade remuneratória e valorização da experiência, com a aprovação do Projeto de Lei dos subsídios, bem como do retorno urgente do adicional por tempo de serviço. Confiamos na vontade política e boa interlocução entre os Poderes nessa questão e atuaremos de forma prioritária dentro e fora do Congresso Nacional, onde queremos ser cada vez mais propositivos e menos reativos.

Outra preocupação da nova diretoria é com a gestão dos Conselhos Superiores. No Conselho Nacional de Justiça, defendemos processos mais plurais de escolha de seus membros, a exemplo do que já faz o Ministério Público. Já no Conselho Superior da Justiça do Trabalho, precisamos fomentar a discussão sobre a sua composição e funcionamento. O conjunto dos magistrados do Trabalho, de 1º e 2º graus, deseja ser chamado a colaborar de forma mais direta na administração da Justiça do Trabalho.

A paridade entre magistrados do Trabalho ativos e aposentados também é outra preocupação de nossa entidade, que continuará se opondo radicalmente contra qualquer tentativa tendente a ferir essa paridade que é conquista histórica e garantia inarredável da vitaliciedade, um dos principais predicamentos que assegura uma magistratura brasileira digna e independente.

Outro destaque desta edição do Jornal Anamatra é o resultado da pesquisa sobre a saúde dos magistrados do Trabalho, cujos números, comparados com dados da população em geral, revelaram-se preocupantes. Estamos mais doentes! Sofremos mais de hipertensão, diabetes, doenças respiratórias, lombalgia e depressão. Sem falar da obesidade, sobrepeso e consumo muito acima da média de medicamentos.

Mas, mesmo diante de um quadro tão preocupante, ao final, somos surpreendidos positivamente com índices altíssimos de satisfação com a carreira escolhida. Os dados não mostram profissionais desiludidos ficando doentes. Mostram juízes tão dedicados que estão ficando doentes! Vamos subsidiar o CSJT, CNJ, Supremo, TST e Tribunais com os dados que colhemos.

Caro associado, o momento é de continuidade da luta e, acima de tudo, união. Conto com a colaboração de todos para fazermos uma gestão à altura dos anseios da magistratura do Trabalho brasileira. Afinal, a Anamatra somos todos nós.

Uma boa leitura a todos!

**Renato Henry Sant'Anna**  
Presidente da Anamatra

# Anamatra participa das comemorações dos 70 anos da Justiça do Trabalho

Luciano Athayde Chaves participou, no dia 3 no Tribunal Superior do Trabalho (TST), de solenidade comemorativa dos 70 anos de implantação da Justiça do Trabalho no Brasil. Diversas ações foram lançadas durante o evento, entre elas um convênio do Tribunal com o Instituto Innovare para disseminação de práticas inovadoras de modernização da Justiça Brasileira nos últimos oito anos e o lançamento de um selo comemorativo à data.

A celebração dos 70 anos da Justiça do Trabalho foi lembrada pelo presidente da Anamatra em artigo, publicado na revista eletrônica Consultor Jurídico (leia na página 10). No texto, o magistrado faz um apelo histórico da Justiça do Trabalho e fala dos desafios e bloqueios

que precisam ser superados para o aprimoramento da prestação jurisdicional.

“Os avanços institucionais caminham juntos com os crescentes desafios. Ainda se mostra como obstáculo a ser superado o enorme déficit de efetividade das leis trabalhistas, seja porque muitas vezes são apenas parcialmente cumpridas, seja porque, noutros casos, são simplesmente ignoradas”, afirma Luciano Athayde.

## Prevenção de Acidentes

Durante a solenidade, o presidente do Tribunal Superior do Trabalho e do Conselho Superior da Justiça do Trabalho, ministro João Oreste Dalazen, lançou o Programa Nacional de Prevenção de Acidentes do Trabalho.

Entre as medidas do Programa, foi assinado Protocolo de Cooperação Técnica do TST com o Ministério do Trabalho e Emprego, Ministério da Previdência Social, Ministério da Saúde e Advocacia-Geral da União. O objetivo da parceria é empreender esforços para que sejam desenvolvidos programas e ações de prevenção de acidentes de trabalho.

A primeira iniciativa concreta do protocolo foi tomada ainda no mesmo dia, quando João Oreste Dalazen assinou recomendação conjunta, orientando desembargadores e juizes do Trabalho a dar prioridade à tramitação e julgamentos de processos relativos a acidentes de trabalho, subscrita pelo corregedor-geral da Justiça do Trabalho, ministro José Antônio Barros Levenhagen. *A*

# MPT lança Inquérito Civil Eletrônico

O presidente da Anamatra, Luciano Athayde Chaves, prestigiou, na manhã do dia 11, o lançamento do Inquérito Civil Eletrônico (ICE), ferramenta do Ministério Público do Trabalho (MPT), idealizada para acelerar as ações da instituição. “A era digital está aí às nossas portas e nós não podemos ficar para trás”, afirmou o procurador-geral do Trabalho, Otávio Brito Lopes. A solenidade também contou com a presença, dentre outras autoridades, do corregedor-geral da Justiça do Trabalho, ministro Antônio Barros Levenhagen.

“A digitalização dos processos é um avanço muito grande. O Inquérito Civil Eletrônico trará muita transparência para a sociedade daquilo que o MPT faz”, ressaltou o procurador-geral, ao destacar o empenho e dedicação de procuradores e servidores na elaboração e implantação da ferramenta.

De acordo com o coordenador de Tecnologia da Informação do MPT, Fábio Kosaka, um dos benefícios do ICE é que não existe mais o tempo perdido dos autos em papel, que agora serão automatizados. A iniciativa, segundo Kosaka, traz maior efetividade



Foto: Arquivo Anamatra

*“A digitalização dos processos é um avanço muito grande. O Inquérito Civil Eletrônico trará muita transparência para a sociedade daquilo que o MPT faz”*

Procurador-geral do Trabalho,  
Otávio Brito Lopes

nas análises processuais e contribui para a preservação do meio ambiente.

O ICE ficará disponível para consulta 24 horas por dia. O acesso será permitido aos membros e servidores do MPT. *A*

## Senado Federal homenageia 70 anos da instalação da Justiça do Trabalho



Foto: Arquivo Anamatra

Os 70 anos de criação da Justiça do Trabalho no Brasil foram comemorados em sessão especial pelo Senado Federal, na manhã do dia 23. O evento, realizado atendendo a requerimento dos senadores José Pimentel (PT-CE) e Eunício Oliveira (PMDB-CE), reuniu ministros, desembargadores, parlamentares e membros da sociedade civil. O presidente eleito da Anamatra, Renato Henry Sant'Anna, também participou da cerimônia.

Em suas intervenções, diversos parlamentares falaram sobre a importância e respeito que a Justiça do Trabalho possui na sociedade e defenderam uma reforma trabalhista que seja capaz de garantir um equilíbrio crescente nas relações entre capital e trabalho. "A Justiça do Trabalho contribui para a paz social. Fortalecê-la significa agir em favor dos mais fracos, com o fito de equilibrar as relações laborais", destacou o senador José Pimentel. O parlamentar defendeu também a ampliação da estrutura da Justiça do Trabalho e dos direitos das trabalhadoras domésticas, o aprimoramento da execução trabalhista e a prevenção de acidentes de trabalho.

O senador Eunício Oliveira, também autor do requerimento que possibilitou a realização da sessão especial, falou no "papel inarredável" do Parlamento corrigir as deficiências que ainda perduram na legislação brasileira. Sobre a Justiça do Trabalho, destacou a sua importância no contexto da justiça social. "Na medida em que as necessidades sociais foram crescendo, a Justiça do Trabalho foi se moldando de modo a assegurar o interesse crescente do Direito que é a Justiça", disse.

Coube ao ministro João Oreste Dalazen, presidente do Tribunal Superior do Trabalho (TST), encerrar a sessão

especial. Em seu discurso, o ministro agradeceu a homenagem feita pelo Senado Federal à Justiça do Trabalho e ressaltou o papel desse ramo do Poder Judiciário na preservação da paz social e na solução de conflitos. "A Justiça do Trabalho posiciona-se como algodão entre cristais no conflito capital-trabalho, buscando sempre o justo equilíbrio dos interesses em confronto". Dalazen também defendeu o aprimoramento do Processo do Trabalho, com mecanismos que garantam, em especial, mais celeridade ao processo de execução. *A*

\* Com informações da Agência Senado

*"A Justiça do Trabalho contribui para a paz social. Fortalecê-la significa agir em favor dos mais fracos, com o fito de equilibrar as relações laborais"*

Senador José Pimentel

# Anamatra divulga resultado de pesquisa sobre saúde dos magistrados trabalhistas

A Anamatra realizou pesquisa sobre a situação de saúde e condições do exercício profissional dos magistrados trabalhistas do Brasil. Ao todo, 706 juízes associados à entidade responderam ao questionário, correspondendo a 20,6% da totalidade do quadro de associados.

Os primeiros resultados foram apresentados no dia 25 pela coordenadora da pesquisa, professora Ada Ávila Assunção, da Faculdade de Medicina da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), e pelo diretor de Prerrogativas da Anamatra, Germano Siqueira.

De acordo com os dados levantados, nos últimos 12 meses, 33% dos juízes estiveram de licença-médica e, nos últimos 30 dias, 26% deixaram de realizar tarefas habituais devido a algum problema de saúde.

Ainda sobre a saúde dos participantes, 41,5% declararam ter diagnóstico médico de depressão, 17,5% informaram usar medicamentos para depressão ou ansiedade, 54% dormem mal, 28% estão tristes atualmente e 51% disseram ser frequentemente ou muito frequentemente vítimas de insônia.

## Trabalho nos fins de semana

A pesquisa revelou dados relevantes sobre a rotina atribulada dos magistrados, mostrando que mesmo quando estão fora da Vara ou do Tribunal permanecem exercendo as atividades da prestação jurisdicional. Dos 706 participantes, 84% costumam trabalhar em casa, 70% declararam trabalhar aos finais de semana e 64% disseram trabalhar nas férias.

Foram minuciosamente estudadas as condições de trabalho existentes na atualidade, e as exposições a eventos e situações, sendo elas, as seguintes: Vivência de Situação agressiva, Controle sobre o trabalho, Demandas físicas, Demandas psicológicas e emocionais, Apoio social, Recompensas obtidas no trabalho, Satisfação no trabalho, Conforto no trabalho, Características do ambiente de trabalho.

O estudo se orientou por todos os preceitos éticos e foi controlado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da UFMG, tendo sido oferecido a todo magistrado o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido no momento de acesso ao site da pesquisa. *A*

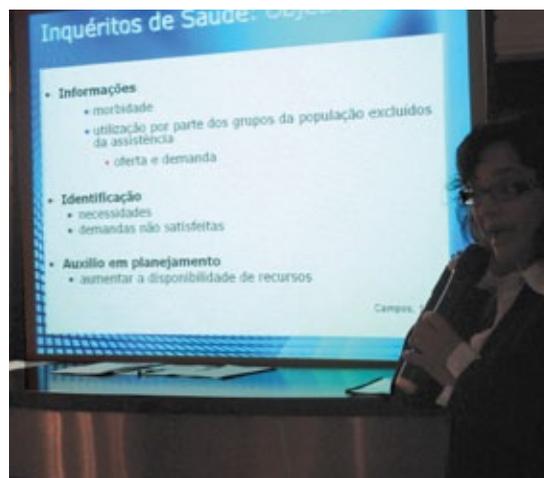


Foto: Arquivo Anamatra



Foto: Arquivo Anamatra

## TV Anamatra entrevista juiz Renato Sant'Anna

A TV Anamatra entrevistou o juiz Renato Henry Sant'Anna, novo presidente da Anamatra para o biênio 2011/2013.

Na entrevista, o magistrado fala sobre as expectativas com a nova gestão e de questões como a política remuneratória da magistratura, gestão judiciária, saúde dos magistrados e a defesa do Direito do Trabalho com o Programa Trabalho, Justiça e Cidadania.

“Participem da vida associativa! A diretoria quer cumprir o seu papel de representação e para isso precisamos de uma categoria participante”, conclamou Sant'Anna.

Para acessar a programação da TV Anamatra, basta clicar na tv localizada ao lado direito da página inicial de nosso portal – [www.anamatra.org.br](http://www.anamatra.org.br), ou no menu principal, localizado ao lado esquerdo da tela. *A*



*“Participem da vida associativa! A diretoria quer cumprir o seu papel de representação e para isso precisamos de uma categoria participante”*

Renato Henry Sant'Anna



Foto: Arquivo Anamatra

## Conamat e Jogos Nacionais: Anamatra firma termo de compromisso com Amatras da Paraíba e de Pernambuco

A Anamatra firmou, no dia 25 durante a reunião do Conselho de Representantes, dois termos de compromisso para realização do 16º Congresso Nacional dos Magistrados do Trabalho (Conamat) e dos Jogos Nacionais da Anamatra.

Os documentos foram assinados pelo então presidente da entidade, Luciano Athayde Chaves, e pela diretora de

Eventos e Convênios, Carla Leal, com os presidentes das Amatras 6 (PE) e 13 (PB), respectivamente Luciana Paula Conforti e Adriano Mesquita Dantas.

A 16ª edição do Conamat acontecerá em João Pessoa (PB), de 1º a 4 de maio de 2012. Já os Jogos Nacionais deste ano estão programados para o período de 29 de outubro a 1º de novembro em Porto de Galinhas (PE). *A*



Foto: Arquivo Anamatra

# Comissão do Senado aprova projetos que ampliam estrutura da Justiça do Trabalho

O presidente da Anamatra, Luciano Athayde Chaves, e o vice-presidente eleito, Paulo Luiz Schmidt, acompanharam no dia 4 reunião da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado Federal. Na ocasião, foram aprovados três projetos de lei, alterando a composição dos tribunais da 4ª (RS), 13ª (PB) e 22ª Regiões. Já no dia 11, foram aprovados dois projetos semelhantes, que criam varas nos TRTs da 16ª (MA) e 2ª (SP)

Regiões. As propostas que ampliam a estrutura da Justiça do Trabalho, de autoria do Tribunal Superior do Trabalho (TST), são prioridades de atuação da Anamatra, que acompanha todos os pleitos tanto na Câmara dos Deputados, quanto no Senado. "O Parlamento brasileiro vem reconhecendo a necessária expansão da estrutura do Judiciário brasileiro, sempre em observância ao equilíbrio entre a demanda processual e as possibilidades de cada

Região", ressaltou Luciano Athayde.

Luciano Athayde também lembrou que o sucesso da aprovação desses e dos demais projetos sobre o tema deve-se a um intenso trabalho conjunto da Anamatra com o TST, TRTs e Amatras. "A atuação de todos é fundamental para que possamos efetivar a celeridade da Justiça brasileira, objetivo de todos nós magistrados e anseio maior da sociedade", ressaltou. *A*

## Agenda Político-Institucional está disponível no site da Anamatra

Já está disponível na página inicial da Anamatra a Agenda Político-Institucional 2011. A publicação é um instrumento de informação destinada às entidades participantes do debate político. Ela tem como objetivo tornar conhecido o pensamento da Associação a respeito dos temas do Judiciário brasileiro, com destaque para o Direito do Trabalho.

Esta é a quinta edição da Agenda, que também tem como objetivo difundir racionalidade política e justiça social, além de garantir inserção ampla e aberta da sociedade brasileira nas discussões vinculadas ao crescimento e fortalecimento da magistratura do Trabalho e do Judiciário brasileiro.

Ao longo dos seus quase 35 anos de existência, a Anamatra tem alcançado protagonismo em sua articulação tanto na Câmara dos Deputados, quanto no Senado. Isso é perceptível por meio dos diversos projetos sugeridos pela Associação em tramitação nas duas Casas Legislativas.

Para acessar a agenda basta clicar na capa da publicação no canto inferior direito da página inicial do site da Anamatra. *A*



## Anamatra questiona no Supremo resolução que limita remoção e permuta de magistrados

A Anamatra ingressou no Supremo Tribunal Federal (STF) com Ação Direta de Inconstitucionalidade (Adin), com pedido de medida cautelar, contra a Resolução Administrativa nº 99/2009 do Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região, por afronta aos critérios de remoção por antiguidade. Na Adin, que recebeu o número 4592, a Anamatra requer que sejam ouvidos o Tribunal, a Advocacia-Geral da União e a Procuradoria-Geral da República.

No pedido, a entidade questiona, em especial, os artigos 2º e 4º da Resolução, que estabelecem, respectivamente, que o juiz do Trabalho titular deverá permanecer em efetivo exercício por pelo menos dois anos na Vara em cuja titularidade tenha sido investido por remoção ou per-

muta e que inexistindo juiz do Trabalho habilitado na forma dos artigos anteriores, a vaga será preenchida por promoção.

Para a Anamatra, o TRT da 12ª Região, ao pretender regulamentar diretamente uma norma constitucional, acabou por incidir em vício de inconstitucionalidade formal, uma vez que a matéria pertinente à “remoção” nos órgãos da Justiça do Trabalho, além do explícito no art. 113 da Carta Magna, também já estava prevista na CLT (alínea “a” do §5º do art. 654) e expressamente não disciplinada na Loman (art. 81 somente pode ser aplicável à Justiça Estadual).

“A iniciativa do TRT da 12ª Região consolida ilegítima limitação ao exercício do direito de remoção no âmbito do tribunal catarinense, o que

pode repercutir, posteriormente, nos demais tribunais trabalhistas brasileiros”, avaliou o presidente da Anamatra, Luciano Athayde Chaves. Para o magistrado, o requisito observado para a remoção do magistrado do Trabalho deve ser o da antiguidade. “A resolução prejudica os magistrados e é baseada em situação atípica”, completa.

### CNJ e CSJT

A matéria levada ao Supremo foi objeto de questionamento da Anamatra no Conselho Nacional de Justiça e no Conselho Superior da Justiça do Trabalho. Nos dois conselhos, apesar de haverem sido proferidas decisões anteriores no sentido do decidido pela Anamatra, o pleito da entidade foi indeferido. *AB*

## Presidente da Anamatra visita Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região (RJ)

O presidente da Anamatra, Luciano Athayde Chaves, visitou o Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região (RJ) no dia 16. Ele foi recebido pelo vice-presidente do Tribunal no exercício da presidência, desembargador Carlos Alberto Drummond. Também participaram da visita os diretores da Anamatra Fabrício Nicolau (Formação e Cultura) e Gabriel Napoleão Velloso Filho (Cidadania e Direitos Humanos), além do presidente da Anamatra 1 (RJ), André Villela, e da juíza da 1ª Região Márcia Cristina Cardoso.

Na ocasião, o presidente da Anamatra aproveitou para agradecer ao desembargador pelo apoio ao “Seminário Trabalho Precoce e Direitos Humanos – A exploração sexual de crianças e adolescentes e o trabalho artístico como obstáculos ao desenvolvimento saudável e à cidadania” (saiba mais da página 20 à 27). “Agradecemos pelo apoio. A luta contra o trabalho infantil não é fácil e não adianta atacar apenas o sintoma; temos que combater na raiz”, disse Luciano Athayde.

“É muito importante para nós recebermos este evento e poder incluí-lo na comemoração dos 70 anos da Justiça do Trabalho”, respondeu Drummond. Os magistrados tam-

bém falaram sobre a estrutura da Justiça do Trabalho no Brasil atualmente, além de outros assuntos de interesse da magistratura e do Poder Judiciário. *AB*



Foto: Arquivo Anamatra

## TST escolhe representantes da Justiça do Trabalho no CNJ

O Tribunal Superior do Trabalho (TST) elegeu no dia 4, durante sessão do Tribunal Pleno, os representantes da Justiça do Trabalho para o Conselho Nacional de Justiça (CNJ). São eles: o ministro Carlos Alberto Reis de Paula, o desembargador Ney José de Freitas, atual presidente do Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região (PR), e o juiz do Trabalho José Lucio Munhoz, titular da 2ª Vara de Criciúma (SC). Os conselheiros eleitos exercerão a função no biênio de 2011 a 2013, admitida uma recondução, conforme dispõe o art. 103-B da Constituição da República.

“A Anamatra congratula os eleitos pelo TST e deseja todo o êxito na importante tarefa de representar a magistratura trabalhista no Conse-

lho Nacional de Justiça, órgão que tem chamado para si tantas decisões importantes para o Poder Judiciário brasileiro”, afirmou Luciano Athayde Chaves.

Assim como fez nos anos de 2007 e 2009, a Anamatra consultou seus associados para elaborar uma lista triplíce, entregue ao presidente do TST, ministro João Oreste Dalazen, no dia 26 de abril. “O objetivo das consultas promovidas pela Anamatra sempre foi o de sensibilizar o Tribunal quanto à importância da opinião majoritária dos magistrados do Trabalho na escolha de seus representantes no CNJ”, disse.

Na consulta promovida pela Anamatra deste ano, dentre os candidatos do 1º grau, foram os mais vota-

dos os juízes Firmino Alves Lima, da 15ª Região/Campinas e Região, Rodolfo Pamplona Filho, da 5ª Região/BA e Marcelo Segal, da 1ª Região/RJ. Já dentre os magistrados do 2º grau foram os mais votados Francisco das Chagas Lima Filho, da 24ª Região/MS, Olga Aida Joaquim Gomieri, da 15ª Região/Campinas e Região, e Vicente José Malheiros da Fonseca, da 8ª Região/PA.

Os atuais representantes da Justiça do Trabalho no CNJ são o ministro Ives Gandra Martins Filho (TST), o desembargador Nelson Tomaz Braga (TRT 1ª Região) e a juíza Morgana de Almeida Richa, titular da 15ª Vara do Trabalho de Curitiba (PR), cujos mandatos encerram-se no dia 20 de julho de 2011. *A*

## Presidente da Anamatra participa da sessão do CSJT

O juiz Renato Henry Sant’Anna participou, na manhã do dia 27, da primeira sessão do Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT) à frente da Presidência da Anamatra. No início dos trabalhos, o presidente do CSJT, João Oreste Dalazen, e a conselheira Cristina Peduzzi deram as boas-vindas ao magistrado. “É uma satisfação ter o Renato como presidente em um pleito de pura aclamação”, disse Peduzzi.

Sant’Anna agradeceu a acolhida dos conselheiros e a participação de vários ministros na solenidade de posse, ocorrida dois dias antes. “É uma honra para a Anamatra continuar tendo assento e voz no Conselho”, disse.

### Férias e Resolução nº 63

O Conselho aprovou, por unanimidade, pleito do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região pela não limitação da conversão de férias em pecúnia a dois períodos. “A suspensão do gozo de férias em virtude de imperiosa necessidade de serviço sem o pagamento configuraria em injustificável enriquecimento da Administração Pública”, ressaltou o relator, ministro Dalazen.

Outro assunto em pauta, cuja decisão terminou adiada por pedido de vista, foi pleito de mudança na Resolução nº 63 do CSJT, no qual o Colégio de Presidentes e Corregedores (Coleprecór) buscava torná-la apenas referencial ou a alteração do prazo para implementação das medidas para cinco anos. *A*



Foto: Arquivo Anamatra

## Artigo do presidente da Anamatra é destaque no Consultor Jurídico

*A revista eletrônica Consultor Jurídico publicou, no dia 3, artigo do presidente da Anamatra, Luciano Athayde Chaves, sobre a celebração dos 70 anos da Justiça do Trabalho brasileira. No texto, o magistrado faz um apanhado histórico da Justiça do Trabalho e fala dos desafios e bloqueios que precisam ser superados para o aprimoramento da prestação jurisdicional. Confira abaixo a íntegra do texto.*

# Justiça do Trabalho: história, conquistas e desafios

Por Luciano Athayde Chaves (\*)

O 1º de maio é uma data carregada de simbolismos para o mundo do trabalho e seus atores sociais. Marca o dia do trabalho, e nos convida a uma permanente reflexão sobre essa atividade humana e sua centralidade na sociedade contemporânea.

Neste ano de 2011, o 1º de maio também é tempo de celebração dos 70 anos da Justiça do Trabalho brasileira. E, para chegar até o posto de ramo mais célere da Justiça de nosso país, segundo dados do relatório Justiça em Números, elaborado pelo Conselho Nacional de Justiça, a Justiça Trabalhista passou por diversas fases e transformações.

Desde a década de 30, quando a questão social no Brasil passou a ocupar a agenda político-institucional, mercê de greves e conflitos entre empregados e patrões, temos assistido a uma progressiva atenção ao problema da regulação do trabalho. No governo Vargas, é exemplo emblemático a criação do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio e dos órgãos administrativos de solução de conflitos individuais e coletivos do trabalho.

Nesta época, foram promulgadas diversas leis que regulamentavam as atividades laborais no Brasil, dispondo sobre o trabalho de menores, a organização de sindicatos rurais e urbanos e as convenções coletivas. A segunda Constituição republicana, de 1934, e a Carta outorgada de 1937, mantiveram, porém, a solução dos conflitos do trabalho no âmbito do Ministério do Trabalho, ainda como expressão de um contencioso administrativo.

Somente em 1939, por meio do Decreto-Lei 1.237, foi instituída a Justiça do Trabalho. Dois anos depois, no dia 1º de maio de 1941, Getúlio Vargas, em ato público no campo de futebol do Vasco da Gama, no Rio de Janeiro, declarou instalada a Justiça Trabalhista no

Brasil, integrada ao Poder Judiciário da União pela Constituição de 1946.

Ao longo de seus 70 anos, a Justiça do Trabalho cresceu e expandiu sua jurisdição. Em 2004, a Emenda Constitucional 45 ampliou sua competência, ajustando suas tarefas aos desafios contemporâneos. Os avanços institucionais, porém, caminham juntos com os crescentes desafios. Ainda se mostra como obstáculo a ser superado o enorme déficit de efetividade das leis trabalhistas, seja porque muitas vezes são apenas parcialmente cumpridas, seja porque, noutros casos, são simplesmente ignoradas.

Em outras situações, assistimos trabalho em condições degradantes e em total violação aos preceitos fundamentais e à dignidade da pessoa humana. Agrava esse diagnóstico saber que ainda muitos trabalhadores sequer conhecem seus direitos mais básicos.

Nesse contexto, é preciso sublinhar o papel pedagógico que exerce a Justiça do Trabalho no nosso país, cuja atividade tem contribuído para fazer chegar até os atores sociais os direitos garantidos pela Constituição e pelas leis trabalhistas. E essa não tem sido uma tarefa fácil, em especial pelo enorme volume de processos que recebe todos os anos e pelas dificuldades de efetivação de todas as decisões que profere.

Em que pesem esses bloqueios, os juizes do Trabalho, de Norte a Sul deste país, estão empenhados para oferecer ao cidadão uma resposta célere e efetiva para suas reclamações e conflitos, apoiados na compreensão de que o nível do progresso de nosso país e de nossas instituições democráticas depende do nível social de nosso povo, em especial, daqueles que trabalham para construir uma nação mais justa e solidária. *A*

(\*) Luciano Athayde Chaves é juiz do Trabalho na 21ª Região (RN) e presidente da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (Anamatra)

## Diretora de Aposentados da Anamatra visita Belo Horizonte

Mais de 100 pessoas participaram da confraternização entre juizes do Trabalho aposentados e juizes da ativa e seus familiares, na sede da Amatra 3 (MG), no dia 27. A diretora de Aposentados da Anamatra, Terezinha Kineipp, e a ex-diretora da pasta, Cristina Valero, prestigiaram o encontro.



Foto: Amatra 3 (MG)



Foto: Amatra 3 (MG)

“Tivemos momentos muito agradáveis com a companhia de colegas aposentados e da ativa”, revelou Terezinha Kineipp. O evento faz parte do calendário da Amatra 3 e neste ano contou com a apresentação de um grupo de seresteiros. Além disso, alguns juizes cantaram e tocaram violão. *A*

## Magistrados aposentados recebem diretora da Anamatra em São Paulo

A diretora de Aposentados da Anamatra, Terezinha Kineipp, e a ex-diretora da pasta, Cristina Valero, foram recebidas por magistrados aposentados da Amatra 2 (SP), em almoço na capital paulista. O encontro aconteceu no dia 28 e teve como objetivo aproximar a nova dirigente dos associados. *A*

*“Todos nos receberam com muita alegria e carinho. O convívio pessoal sempre nos faz mais fortes”*

Terezinha Kineipp



Foto: Arquivo Pessoal

# Coordenadora nacional do TJC apresenta Cartilha do Direito Internacional do Trabalho

A coordenadora nacional do Programa Trabalho, Justiça e Cidadania (TJC), Eliete Telles, apresentou a Cartilha do Direito Internacional do Trabalho em quadrinhos aos integrantes do Conselho de Representantes da Anamatra, no dia 25.

A publicação faz parte de um protocolo de intenção assinado entre a Anamatra e a Organização Internacional do Trabalho (OIT), e tem como objetivo difundir os direitos dos trabalhadores de forma clara e simples, nas línguas inglesa, espanhola e francesa. A cartilha será apresentada na 100ª Conferência Internacional da OIT, que acontece em junho, em Genebra.

“Este é o terceiro estágio do TJC. Após a nacionalização tivemos a institucionalização por parte dos tribunais que estão começando a adotar o programa como parte da meta 4 do Conselho Nacional de Justiça. Agora, vem a internacionalização”, contou Eliete, referindo-se à meta que estabelece que cada tribunal implante pelo menos um programa de esclarecimento ao público sobre as funções e atividades dos órgãos do Judiciário em escolas ou espaços públicos.

*“Este é o terceiro estágio do TJC. Após a nacionalização tivemos a institucionalização por parte dos tribunais que estão começando a adotar o programa como parte da meta 4 do Conselho Nacional de Justiça. Agora, vem a internacionalização”*

Eliete Telles

“Queremos que este exemplo seja copiado em outros países”, revelou.

O presidente da Anamatra, Luciano Athayde Chaves, comentou que o sucesso do TJC deve-se ao esforço da Comissão Nacional do Programa. “Da ideia de internacionalizar o TJC até aqui houve muito trabalho dos colegas”, disse. “Confesso que fiquei emocionado quando vi o resultado”, completou. “Mas não podemos esquecer que o TJC ainda está tímido no Brasil. Muitas Regiões ainda não conseguiram implementar. Ainda tem muito espaço para crescer”, comentou Luciano Athayde. “Então, fica o convite para os colegas, para implementar, apoiar e difundir o programa”, encerrou. *A*



## Rio: diretores e Professores participam do Seminário de Formação do TJC

O Seminário de Formação do Programa Trabalho, Justiça e Cidadania (TJC) reuniu cerca de 30 pessoas, entre professores e diretores de escolas públicas do Estado do Rio. O objetivo do evento, que aconteceu nos dias 26 e 27, foi qualificar a equipe de docentes que ficará responsável pelas atividades do Programa, por meio da transmissão de conhecimentos básicos do Direito do Trabalho.

No primeiro dia, após a apresentação do TJC feita pela coordenadora regional do Programa, juíza Rosilda Lacerda, a psicanalista Flávia Brasil discorreu sobre bullying, fenômeno que vem tomando, cada vez mais, espaço não só na mídia, mas também nas rodas de profissionais da área de educação.

Diante da vivência diária dessa problemática nas escolas, o assunto suscitou farto debate, com participação ativa dos professores que, inclusive, levantaram a questão da violência sofrida por eles, exemplificando casos de docentes que são ameaçados de morte ou agredidos em sala de aula.

Em outro momento, o procurador-chefe do MPT/RJ, José Antônio Vieira de Freitas Filho, trouxe para discussão temas como trabalho escravo, trabalho infantil e discriminação nas relações de trabalho, além de explicar a atuação do Ministério Público do Trabalho, no que diz respeito a essas questões.

O tema Contratos de Trabalho também foi exposto, este pela juíza Rosilda Lacerda, assim como a regulação da jornada de trabalho. O juiz Jorge Ramos abordou os direitos relacionados a férias, hora extra, repouso e outros.

Para fechar o dia de atividades, o juiz Fábio Gomes explicou sobre os Direitos Fundamentais, apresentando situações reais e fictícias que representam casos de violação de Direitos.

No dia 27, movimento sindical, extinção do contrato de trabalho e contratos especiais foram os assuntos abordados pelas juízas Rosilda Rocha e Cláudia Márcia. Mais uma vez diretores e professores das escolas públicas selecionadas para desenvolverem o Programa puderam esclarecer dúvidas e participar de debates com os magistrados.

Neste ano, quinze escolas farão a inserção do TJC em sala de aula, incluindo instituições da capital e do interior do Rio de Janeiro. Em Itaperuna, por exemplo, três colégios estaduais desenvolverão atividades: Lions Clube, Luiz Ferraz e Dez de Maio.



Foto: Anamatra 1 (RJ)

### Diretores e Professores aprovam o Programa

A diretora Sônia Marina Tinoco, representante do C.E. Luiz Ferraz, destacou a importância de se levar o conhecimento sobre Direito do Trabalho aos alunos, uma vez que muitos já se encontram inseridos no mercado de trabalho. “Esses estudantes precisam deste tipo de orientação e, para isso, desenvolveremos as atividades dentro da proposta de transversalidade”, disse.

Professor do C.E. Dez de Maio, Uenes Macêdo ressaltou que alguns alunos buscam informações de cunho trabalhista e que, participando do Programa, será uma oportunidade de direcionar estes jovens, ensinando-lhes conceitos fundamentais para o cotidiano de trabalho vivido por eles.

O município de São Gonçalo, na Região Metropolitana do Rio, também foi incluído no cronograma do TJC. Assim, representando o CIEP 412 – Doutor Zerbini, participaram do seminário a coordenadora pedagógica, Lídia Cristina, e o professor de Educação Física, Ivan Carlos.

“Essa parceria contribuirá muito com os estudantes, pois noções de direitos trabalhistas e de cidadania precisam ser transmitidas àqueles que trabalham e aos que ainda ingressarão no mercado de trabalho. Eles trazem suas dúvidas, mas nem sempre a escola consegue esclarecê-las”, afirmou Lídia.

Será distribuída a Cartilha do Trabalhador, ferramenta de apoio essencial no desenvolvimento das atividades, e cada escola escolherá a metodologia e as disciplinas que abarcarão o projeto.

Também estiveram presentes, na ocasião da abertura do Seminário, parceiros da Anamatra1 (RJ) no desenvolvimento dos trabalhos, como a superintendente de Saúde, Segurança e Ambiente de Trabalho da Secretaria de Estado de Trabalho e Renda (Setrab), Maria Christina Rodrigues Menezes, o assessor especial da Setrab, Antônio Aziz Filho, e a representante da Secretaria de Estado de Educação (SEEDUC), Jussara Greenhalgh. *A*

*“Essa parceria contribuirá muito com os estudantes, pois noções de direitos trabalhistas e de cidadania precisam ser transmitidas àqueles que trabalham e aos que ainda ingressarão no mercado de trabalho.”*

Lídia Cristina

## Amatra 7 (CE) e TRT se reúnem para pensar ações em conjunto no Ceará

A coordenadora do Programa Trabalho, Justiça e Cidadania (TJC) no Ceará, a juíza do Trabalho Kelly Porto, esteve reunida com a coordenadora nacional do programa, Eliete Telles, e o presidente do Tribunal Regional do Trabalho da 7ª Região (CE), Cláudio Pires, no dia 26. Na pauta, meios de estreitar os laços entre o TRT-7 e a Amatra para continuar realizando diversas ações dentro do programa TJC no Ceará, que está em funcionamento no Estado desde março de 2011.

Na ocasião, o presidente do TRT solicitou à sua secretaria que fosse agendado um momento para a assinatura do termo de cooperação do programa. A proposta é que a coordenadora nacional, Eliete Telles, venha a Fortaleza no dia da assinatura desse termo de cooperação, de modo a apresentar o Programa e engajar os juízes do Trabalho do Ceará.

“O programa TJC é excelente para os tribunais, pois contribui para que alcancem a meta 4 do CNJ para 2011. Já temos vários parceiros que assinaram o Termo de Cooperação no País e esperamos que o TRT Ceará seja mais um”, ressaltou Eliete Telles. Segundo ela, durante a votação das metas para 2011, a Anamatra foi uma das entidades que lutou pela implantação da Meta 4, que trata da questão da responsabilidade social dos tribunais. A proposta é que os tribunais de todo o País implantem programas de esclarecimento ao público sobre as funções, atividades e órgãos do Poder Judiciário em escolas ou quaisquer espaços públicos, exatamente uma das atividades realizadas dentro do TJC.

O presidente do TRT-7 mostrou-se bastante entusiasmado com o programa. “Além de contribuir com o cumprimento da meta 4, a assinatura do termo de cooperação irá beneficiar milhares de cidadãos que não conhecem seus direitos e contribuirá para diminuir o fosso histórico que existe entre a Amatra 7 e o tribunal”, ressaltou.

Já a coordenadora regional da campanha, Kelly Porto, aproveitou a oportunidade para explicar o andamento do programa no Estado, que já está em pleno funcionamento. “Este ano estamos atuando em seis escolas profissionalizantes, o que irá permitir

que essa mão de obra que se forma tenha uma melhor noção de seus direitos. Temos vários parceiros e um deles certamente é o Tribunal Regional do Trabalho do Ceará. Falta só formalizar a parceria”, destacou.

### Divulgação

No dia 27, a coordenadora nacional do Programa TJC, Eliete Telles, participou de entrevistas de rádio e televisão para divulgar sua palestra com o tema “Programa Trabalho, Justiça e Cidadania: A Contribuição da Magistratura do Trabalho para a Cidadania”. Após as entrevistas na imprensa, Eliete Telles se dirigiu à Praça do Ferreira para ministrar a palestra dentro do evento Mundos do Trabalho na Praça, realizado de 24 a 28 de maio pelo TRT, que contou com o apoio da Amatra 7.

No Ceará, o TJC foi lançado em março deste ano, sob a coordenação regional da Juíza do Trabalho Kelly Porto.

O programa está sendo realizado em seis escolas públicas profissionalizantes de Fortaleza nos bairros de Messejana, Dionísio Torres, Fátima, Parquelândia, Cristo Redentor e Bom Jardim. Em abril, foi firmado convênio com a Faculdade Christus para que alunos do curso de Direito selecionados pudessem, sob orientação de seus professores, visitar as escolas para levar cartilhas e dirimir dúvidas dos alunos. Em agosto, é a vez dos operadores do direito visitarem as escolas profissionalizantes. Em setembro, os alunos irão visitar área do Sistema de Justiça como Fóruns e Tribunais. O TJC se encerra em novembro com apresentação de trabalhos preparados pelos alunos e divulgação dos projetos vencedores, com entrega de placas para as escolas premiadas e premiação para os alunos. A meta é beneficiar mais de três mil alunos de escolas profissionalizantes com o programa no Ceará, só este ano. 

\* Assessoria de Imprensa - Amatra 7 (CE)



Fotos: Amatra 7 (CE)

# Anamatra sob nova direção até 2013

**R**enato Henry Sant'Anna tomou posse como o novo presidente da Anamatra no dia 25, junto com seus colegas de chapa (conheça a nova diretoria a seguir). Em concorrida cerimônia, o juiz ressaltou que sua gestão continuará a luta de anos da Anamatra pela estabilidade remuneratória e valorização da experiência. "Sabemos que quando há vontade política e boa interlocução entre os Poderes, surgem ideias inovadoras e satisfatórias, bem como, principalmente, as chamadas janelas de votação", afirmou ao citar a atuação da Anamatra pela aprovação do PL 7749/2010 e a proposta que restabelece o adicional por tempo de serviço.

Além disso, o novo presidente revelou que uma de suas preocupações é em relação à saúde do magistrado. Renato Sant'Anna contou aos presentes que dados levantados por pesquisa encomendada pela Anamatra são "estranhos". "Em comparação com dados da população geral, os juizes revelaram-se significativamente mais doentes". "Mesmo diante de um quadro tão preocupante, fomos surpreendidos positivamente com índices altíssimos de satisfação com a carreira escolhida. Os dados não mostram profissionais desiludidos ficando doentes. Mostram juizes tão dedicados que estão ficando doentes", completou.

Ao finalizar seu discurso, o recém-empossado dirigente da Anamatra fez agradecimentos e chamou a magistratura trabalhista a participar ativamente em seu mandato. "Conclamo todos os magistrados do Trabalho a colaborarem na gestão que hoje começa. Afinal, a Anamatra somos todos nós", finalizou Renato Sant'Anna.

## Despedida

Em seu discurso de despedida, Luciano Athayde fez elogios à nova diretoria. "Desde a campanha, percebo que o grupo é afinado, talentoso e coeso. Essas são premissas que seguramente permitem antever o êxito do trabalho que hoje se inicia. Antecipo-me em desejar a todos vocês uma excelente gestão", desejou Luciano Athayde aos sucessores.

O magistrado aproveitou para agradecer a todos que de alguma forma participaram de sua gestão à frente da Associação, como membros dos Três Poderes, os colegas da magistratura, integrantes de outras associações de classe e família. "Voltar é uma forma de renascer. Ninguém se perde na volta", declarou o juiz, ao citar José Américo de Almeida. "E antes da partida devo confessar que voltarei com renovado orgulho de ser juiz do Trabalho", finalizou.

Ao final da cerimônia, Luciano Athayde recebeu uma placa de homenagem da atual diretoria, entregue pelo agora secretário-geral da entidade, Fabrício Nicolau dos Santos Nogueira.



Foto: Alessandro Dias

**"Conclamo todos os magistrados do Trabalho a colaborarem na gestão que hoje começa. Afinal, a Anamatra somos todos nós"**

Estiveram presentes na solenidade o presidente do Tribunal Superior do Trabalho (TST), João Oreste Dalazen, o vice-presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Carlos Ayres Britto, dentre outros ministros, representantes da Advocacia-Geral da União, do Ministério Público, da Câmara dos Deputados e Senado Federal, além de presidentes de tribunais estaduais, federais e do Trabalho e membros da sociedade civil.



Foto: Alessandro Dias





## *Conheça a nova diretoria*



**Renato Henry Sant'Anna**  
Amatra 15/Campinas e Região  
**Presidente**



**Paulo Luiz Schmidt**  
Amatra 4/RS  
**Vice-presidente**



**Fabrício Nicolau dos Santos Nogueira**  
Amatra 9/PR  
**Secretário-Geral**



**João Bosco de Barcelos Coura**  
Amatra 3/MG  
**Diretor Administrativo**



**Gilberto Augusto Leitão Martins**  
Amatra 10/DF e TO  
**Diretor Financeiro**



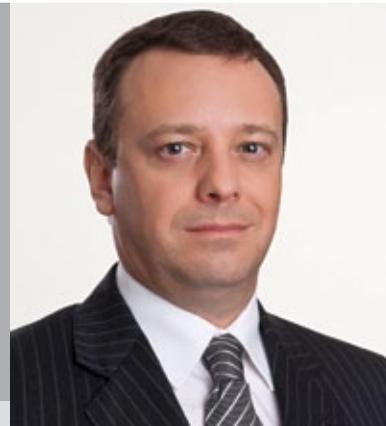
**Cléa Maria Carvalho do Couto**  
Amatra 1/RJ  
Diretora de Comunicação Social



**Vitor Leandro Yamada**  
Amatra 14/RO  
Diretor de Prerrogativas e Assuntos Jurídicos



**Germano Silveira de Siqueira**  
Amatra 7/CE  
Diretor de Assuntos Legislativos



**Narbal Antônio de Mendonça Fileti**  
Amatra 12/SC  
Diretor de Formação e Cultura



**André Machado Calvancanti**  
Amatra 13/PB  
Diretor de Eventos e Convênios



**Valter Souza Pugliesi**  
Amatra 19/AL  
Diretor de Informática



**Terezinha Célia Kineipp Oliveira**  
Amatra 10/DF e TO  
Diretora de Aposentados



**Marcos Neves Fava**  
Amatra 2/SP  
Diretor de Cidadania e Direitos Humanos



**Viviane Maria Leite de Faria**  
Amatra 5/BA  
Conselho Fiscal



**Luciana Paula Conforti**  
Amatra 6/PE  
Conselho Fiscal



**Leonardo Ely**  
Amatra 24/MS  
Conselho Fiscal



**Adib Pereira Netto Salim**  
Amatra 17/ES  
Conselho Fiscal (suplente)



## Seminário discute trabalho precoce e Direitos Humanos no Rio de Janeiro

Cerca de 300 pessoas prestigiaram a abertura do “Seminário Trabalho Precoce e Direitos Humanos - A exploração sexual de crianças e adolescentes e o trabalho artístico como obstáculos ao desenvolvimento saudável e à cidadania”, na noite do dia 16, no Rio de Janeiro. O evento foi realizado pela Anamatra e pela Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho (ANPT) e aconteceu no Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região (RJ), que foi um dos apoiadores do evento, juntamente com a Amatra 1 (RJ). O seminário durou três dias.

“Esse é um tema muito caro para todos, e também para os atores do Poder Judiciário, em especial porque também somos responsáveis pelo modo com que nossos cidadãos são inseridos no mundo do trabalho”, destacou o presidente da Anamatra, Luciano Athayde Chaves, ao saudar os participantes do seminário.

O magistrado lembrou que o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) prevê o dever da comunidade e da sociedade em geral, além do Poder Público, de assegurar a efetivação dos direitos das crianças e adolescentes. “Tenho certeza que este evento é um passo importante para renovar os compromissos assentados na legislação de proteção ao trabalho, bem assim para discutirmos novos caminhos para a efetivação desses direitos”, disse Luciano Athayde.

O vice-presidente da ANPT, Carlos Eduardo de Azevedo, também ressaltou que o trabalho precoce é um assunto que merece atenção de todos os setores da sociedade brasileira. “Estou com um sentimento misto: ao mesmo tempo que estou honrado em participar deste seminário, me bate uma tristeza, uma vergonha por ainda nos depararmos com esta chaga que é o trabalho infantil”, lamentou. “Essa prática já deveria ter sido banida há muito tempo”, completou o procurador.

Já o presidente da Amatra 1 (RJ), André Villela, frisou que a realização de evento para discutir o trabalho precoce é produto da mentalidade de atores sociais – juizes do Trabalho – que não estão preocupados apenas com a matéria em si, mas sim com toda a discussão social e as consequências em torno dela. “Queremos discutir – magistratura e Ministério Público – o futuro que queremos para nosso país, a começar por nossas crianças”.

**“Esse é um tema muito caro para todos, e também para os atores do Poder Judiciário, em especial porque também somos responsáveis pelo modo com que nossos cidadãos são inseridos no mundo do trabalho”**

Luciano Athayde Chaves

Foto: Arquivo Anamatra



## OIT

Também esteve presente na abertura do seminário o coordenador de Projetos do Programa Internacional para Eliminação do Trabalho Infantil da Organização Internacional do Trabalho (OIT) no Brasil, Renato Mendes. “Às vezes temos que ser ousados, atrevidos para discutir algumas temáticas, como neste seminário”, declarou Mendes. “Busquemos, através da técnica jurídica, um melhor atuar”, disse o membro da OIT. “Olhemos para aquela criança e lembremos que ela não é uma coitadinha que precisa de ajuda. Ela não necessita do nosso apoio. Ela é cidadã e merece nosso respeito como cidadã”, acrescentou.

Também participaram da abertura do evento o vice-presidente do TRT-1 (RJ) e presidente em exercício, desembargador Carlos Alberto Drummond, o diretor da Escola Judicial do TRT-1, Alexandre Bastos Cunha, e a secretária executiva do Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil e Proteção ao Trabalhador Adolescente, Isa Maria de Oliveira.

Ainda estiveram presentes à cerimônia o diretor de Formação e Cultura da Anamatra, Fabrício Nicolau Nogueira, a diretora de Aposentados, Cristina Otoni, o diretor de Cidadania e Direitos Humanos, Gabriel Napoleão Velloso Filho, além da coordenadora nacional do Programa Trabalho, Justiça e Cidadania (TJC), Eliete Telles, dentre outros presidentes de Amatras e magistrados do Trabalho. *A*



## Magistratura e Ministério Público do Trabalho lançam publicações sobre trabalho infantil



Fotos: Arquivo Anamatra



Ainda na noite de abertura do seminário, a Anamatra lançou o livro “Criança, Adolescente, Trabalho”. “Fizemos este livro porque todos nós concordamos que é um grande malefício o que o trabalho infantil faz no desenvolvimento de cada ser”, disse o diretor de Cidadania e Direitos Humanos da Anamatra, Gabriel Napoleão Velloso Filho. “A publicação tem como objetivo informar, debater e conscientizar sobre esta chaga, este mal que devemos combater”, acrescentou o desembargador.

“Criança, Adolescente, Trabalho” traz uma compilação de textos multidisciplinares de juízes, procuradores, advogados, psicólogos, artistas, educadores e jornalistas. O objetivo da Anamatra é dar continuidade ao compromisso de estimular, sistematizar e divulgar a produção científica em temas relacionados ao mundo do trabalho, além de contribuir para que a lacuna doutrinária sobre o tema seja superada.

Segundo os organizadores da publicação, os juízes do Trabalho Andrea Nocchi, Gabriel Velloso Filho e Marcos Fava, o livro estabelece um diálogo com a sociedade e suas lideranças, visando apenas suscitar o debate, derramar informações, propagar reflexões e propor saídas. “Tudo se cerca e não prescinde de pedra angular fundamental: a educação. Informar, divulgar, debater: educar. A busca desta obra consiste num canto mínimo dessa pedra”, afirmam os magistrados no prefácio do livro.

A publicação “Criança, Adolescente, Trabalho” pode ser adquirida por meio do site da editora LTR [www.ltr.com.br](http://www.ltr.com.br)

### Publicação para gestores

Também na abertura do seminário, o procurador do Trabalho Rafael Dias Marques apresentou para os participantes a publicação “Prevenção e Eliminação do Trabalho Infantil: um Guia para Ação Governamental”, lançado pelo Ministério Público do Trabalho e Organização Internacional do Trabalho (OIT). “Trata-se de um guia que pretende ser prático, didático e voltado a gestores e a todos que têm responsabilidade de gestão de políticas públicas”, explicou o procurador, destacando que o guia será enviado a todos os prefeitos do País. *A*



## Magistratura, Ministério Público e OIT debatem enfrentamento à exploração sexual comercial infanto-juvenil

O enfrentamento à exploração sexual comercial infanto-juvenil e a responsabilização integral. Esse foi o tema do primeiro painel do Seminário. O painel foi presidido pelo ex-presidente da Amatra 13 (PB) e diretor eleito da Anamatra, André Cavalcanti, e contou com a participação do coordenador de Projetos do Programa Internacional para Eliminação do Trabalho Infantil da Organização Internacional do Trabalho (OIT) no Brasil, Renato Mendes, a presidente da Associação Brasileira de Magistrados, Promotores e Defensores Públicos da Infância e da Juventude, Helen Crystine Corrêa Sanches, e o presidente do Tribunal Regional do Trabalho da 13ª Região (PB), desembargador Paulo Maia Filho.

“O trabalho sexual infantil é um problema de todas as Regiões brasileiras”, declarou o desembargador. O magistrado defendeu aos mais de 300 participantes do seminário que é competência da Justiça do Trabalho julgar processos de exploração sexual comercial infanto-juvenil. “Não tenho dúvida de que há relação de trabalho e, portanto, os casos devem ser processados e julgados pela justiça trabalhista”, disse Maia Filho.

Sobre o tema, Renato Mendes ressaltou que a Justiça do Trabalho vem para somar no combate aos abusos às crianças e adolescentes. “Temos que buscar todos os elementos possíveis para proteger os jovens, seja pela Justiça Penal ou do Trabalho”, afirmou. “A justiça trabalhista é mais célere e pode ajudar na efetivação da justiça penal”, completou. “Não existe contrariedade entre ação penal e ação civil. Existe complementariedade”, frisou o membro da OIT, ao comentar posi-

cionamento de Maia Filho sobre o uso dos dois tipos de ação nos casos de exploração sexual infantil com fins lucrativos.

Renato Mendes aproveitou para chamar atenção para outro problema envolvendo a transgressão de direitos dos jovens: o tráfico de pessoas. “Depois do tráfico de armas, é o segundo maior tráfico”, contou. “Esta prática gera lucros, dividendos e as crianças estão neste bojo, seja para o trabalho forçado, seja para a exploração sexual”, destacou, ao mencionar que é um problema difícil de combater dentro da comunidade internacional.

### Proteção

Em sua intervenção, a promotora de Justiça da Infância e Juventude Helen Crystine Corrêa Sanches alertou que é preciso reconhecer que a criança e o adolescente deixaram de ser objetos de tutela para serem sujeitos de direitos. “A partir daí temos que envidar todos os esforços contra a violência de seus direitos. E uma vez violados, fazer de tudo para proteger esses jovens, reprimir os opressores, reparar os danos e não deixar que voltem a ocorrer”.

Ademais, a promotora lembrou que não cabe apenas ao Estado responsabilizar-se pela proteção dos direitos das crianças e dos adolescentes. “Cabe também à família e à comunidade”, destacou. “Tem que haver uma atuação integrada para uma proteção integral, a qual é estabelecida na nossa Constituição Federal e também nas convenções internacionais de direitos das crianças e adolescentes”, acrescentou Helen. *Af*



## O papel da sociedade civil no combate à exploração sexual infantil

O segundo painel do seminário teve como objetivo debater o papel da sociedade civil no enfrentamento à exploração sexual comercial de crianças e adolescentes. Presidido pela juíza Andréa Nocchi, que integra a Comissão de Direitos Humanos da Anamatra, o painel teve como debatedoras a pedagoga Tiana Maria Sento-Sé, representante do Comitê Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes, e Isa Maria de Oliveira, secretária executiva do Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil e Proteção ao Trabalhador Adolescente (FNPETI).

Tiana mostrou aos participantes do seminário como os movimentos sociais em prol da infância e juventude surgiram e estabeleceram-se ao longo das últimas décadas no Brasil. Além disso, a pedagoga destacou que é preciso ir além do ativismo e definir exatamente qual o papel de cada segmento da sociedade no enfrentamento da exploração sexual de meninos e meninas país afora.

Foto: Arquivo Anamatra



### Estratégia

Já Isa Maria de Oliveira destacou que a mobilização social é a principal estratégia da sociedade civil para o enfrentamento das violências contra crianças e adolescentes. "O movimento social contribuiu para dar visibilidade ao fenômeno da exploração sexual, da exploração do trabalho infantil e de outras formas de violência contra os jovens", justificou.

Entretanto, atualmente os movimentos sociais trouxeram para si grandes responsabilidades na garantia dos direitos das crianças e adolescentes, segundo a representante do FNPETI. "A sociedade civil precisa monitorar a execução dos planos, das políticas públicas, programas e seus resultados". "Temos que advogar pela prioridade das crianças e adolescentes nas políticas públicas, no orçamento, no Parlamento e na Justiça", completou.

"É urgente que o movimento social em defesa dos direitos da criança e adolescente retome a sua atuação política, rompa com a estagnação e proponha ao Estado um projeto político para a infância, a partir de um contexto político mais amplo de garantia do direito à vida, desenvolvimento, participação e proteção", finalizou Isa. *A*

# Proibição de trabalho infantil artístico é explicada por juiz e procurador do Trabalho



Foto: Arquivo Anamatra

O trabalho infantil artístico no contexto da proibição geral ao trabalho foi debatido pelo juiz do Trabalho da 15ª Região (Campinas e Região) José Roberto Dantas Oliva e pelo procurador do Trabalho e coordenador nacional de Combate à Exploração do Trabalho de Crianças e Adolescentes do Ministério Público do Trabalho, Rafael Dias Marques. O painel foi presidido pelo procurador regional do Trabalho Maurício Corrêa de Mello.

José Roberto começou sua explanação demonstrando claramente sua posição sobre o trabalho infantil artístico. “Trabalho artístico não é coisa de criança. É coisa de gente grande e é regulamentado por lei”, disse. Ao longo de sua explanação, o juiz explicou todas as normas jurídicas vigentes no Brasil acerca da prática em debate, constantes na Constituição Federal, na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e também nas convenções da Organização Internacional do Trabalho (OIT), ratificadas pelo Brasil.

“É possível sim haver trabalho artístico infantil, mas tem de se tomar cuidado para não ser danoso”, ponderou José Roberto. O juiz deu como exemplo um ator mirim que, para dar maior realidade a uma cena de sofrimento, foi submetido à mentira – por parte dos diretores do filme em que atuava – de que sua mãe havia falecido. “Quando vemos as crianças atuando nem imaginamos o que tem por trás. Não é só de glamour que vivem as crianças artistas”, ressaltou o magistrado.

Rafael Dias, por sua vez, complementou a explicação do magistrado, esmiuçando o que diz exatamente a Convenção 138 da OIT que, ao ser incorporada pelo Brasil, tornou possível o trabalho artístico a menores de 16 anos em casos excepcionais. “A autoridade competente, após consulta às organizações de empregadores e de trabalhadores concernentes, se as houver, poderá, mediante licenças concedidas em casos individuais, permitir exceções para a proibição de emprego ou trabalho provida no Artigo 2º desta Convenção, para finalidades como a participação em representações artísticas”, diz o artigo 8º da norma.

“A regra geral é a proibição, mas permite-se, em casos individuais e específicos, mediante licença concedida, onde se fixar os tipos de atividades permitidas e em ambiente protegido”, explicou Rafael Dias. “Mas essa permissão só pode ser dada se houver alguns requisitos, que vão proteger integralmente e com prioridade absoluta a criança e o adolescente, como por exemplo a compatibilidade com o horário escolar, o tempo para repouso e lazer, e alimentação adequada”, acrescentou o procurador, frisando que é legal o exercício do trabalho artístico de um jovem somente se aquela atividade não puder de maneira nenhuma ser exercida por um adulto.

O procurador afirmou que atualmente a maioria das autorizações concedidas não preenche os parâmetros mínimos de proteção ao jovem. “Temos dois direitos que conflitam entre si: o direito de não-trabalho e o direito à manifestação artística, e é preciso chegar a um meio-termo, para que um não anule o outro e que o jovem seja contemplado com os dois”. “Se todas as permissões e alvarás cumprirem esses parâmetros, os direitos das crianças e adolescentes estarão garantidos e protegidos”, finalizou.



**“A regra geral é a proibição, mas permite-se, em casos individuais e específicos, mediante licença concedida, onde se fixar os tipos de atividades permitidas e em ambiente protegido”**

Rafael Dias Marques

**“Trabalho artístico não é coisa de criança. É coisa de gente grande e é regulamentado por lei”**

José Roberto Dantas Oliva



## Procuradora do Trabalho e promotor de Justiça debatem concessão de autorização para o trabalho antes da idade mínima

O último painel do evento explicou a concessão de autorizações para o trabalho antes da idade mínima. Participaram como debatedores o promotor de Justiça e coordenador do 4º Centro de Apoio Operacional de Infância e Juventude do Ministério Público Estadual do Rio de Janeiro, Rodrigo Medina, e a procuradora regional do Trabalho da 10ª Região (DF e TO) Eliane Araque. Presidiu a mesa o diretor de Cidadania e Direitos Humanos da Anamatra, Gabriel Napoleão Velloso Filho.

Eliane Araque contou aos 300 participantes do evento que o número de concessões para o trabalho precoce cresceu significativamente entre os anos de 2005 e 2009. “Em 2005 eram 1.362 autorizações. Em 2009

esse número passou para 6.085. Isso é um escândalo!”, declarou a procuradora.

“Ao autorizar um trabalho precoce, está se impedindo um desenvolvimento adequado e colocando também aquele jovem em situação de risco, porque o trabalho pode ser insalubre, prejudicial”, alertou Eliane.

“Primeiro de tudo temos que contrariar os mitos que envolvem esta questão. Para muitos, o trabalho infantil é visto como solução à pobreza de determinada família ou mesmo que prepara o jovem para a vida. Há outros que, inclusive, acreditam que é melhor a criança trabalhar do que ficar em situação de risco, na rua, tornar-se um pedinte”, alertou Rodrigo Medina. *A*

**“Ao autorizar um trabalho precoce, está se impedindo um desenvolvimento adequado e colocando também aquele jovem em situação de risco, porque o trabalho pode ser insalubre, prejudicial”**

Eliane Araque

Foto: Arquivo Anamatra



# Audiência pública e Carta do Rio de Janeiro marcam encerramento do seminário



Os participantes do seminário tiveram a oportunidade de se posicionar e levantar questionamentos acerca do tema, durante o encerramento do evento na manhã do dia 18. Compuseram a mesa, além do presidente da Amatra 1 (RJ), André Villela, o presidente do Sindicato dos Artistas e Técnicos em Espetáculos de Diversões do Estado do Rio de Janeiro (Sated-RJ), Jorge Coutinho, e a representante do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), Márcia Jovita.

“Esta audiência pública tem como finalidade ouvir as manifestações da sociedade civil sobre o que debatemos aqui”, anunciou André Villela. “Trata-se de um espaço democrático. Precisamos trazer toda a sociedade para discutir estes temas”, destacou o magistrado, ao lembrar da importância da participação de artistas, empresas, sindicatos e organizações não governamentais.

Em sua intervenção, a representante do Ministério do Trabalho contou aos presentes qual é a posição do órgão em relação ao trabalho artístico infantil. “O MTE é contra”, enfatizou Márcia Jovita. “A posição é de que o trabalho infantil é proibido. Portanto, se algum estabelecimento for fiscalizado e lá houver menores trabalhando sem a devida autorização, a empresa será autuada”.

Já o presidente do Sated-RJ defendeu o trabalho das crianças em peças, novelas e filmes e afirmou que, ao contrário do que diz-se, as crianças são bem tratadas nos bastidores e seus direitos são resguardados. “Acredito que o que falta é justamente discutir com aqueles que fazem teledramaturgia para debater maneiras de não prejudicar as crianças”, disse. “Mas o que não dá é para ficar sem a atuação desses jovens nas novelas, filmes e no teatro. Não tem como um adulto interpretar um bebê, por exemplo, e este papel é muitas vezes importante dentro da história que está sendo representada”, defendeu Jorge Coutinho.



Foto: Arquivo Anamatra

## Carta do Rio de Janeiro

Ao final da audiência pública o presidente da Amatra 1 acrescentou propostas sugeridas pelos participantes à Carta do Rio de Janeiro, que apresenta resoluções levantadas durante todo o seminário. *✍*



# Porto de Galinhas-PE

## JOGOS NACIONAIS DA ANAMATRA 2011

Caro(a) associado(a),

Começamos a nos preparar para os Jogos Nacionais 2011! Chegou a vez da Amatra 6 receber, em Porto de Galinhas, a 6ª edição desse grande evento esportivo.

Em breve, as inscrições serão abertas e realizadas exclusivamente no site do evento.

Para oferecer as melhores tarifas em hospedagem e bilhete aéreo, foi fechada parceria com a Luck Viagens, operadora oficial dos Jogos Nacionais 2011. Também é possível adquirir, com a operadora, transfer aeroporto-hotel-aeroporto (Recife - Porto de Galinhas - Recife), para participantes vindos de outros estados, além de informações sobre passeios na região.

Veja abaixo os hotéis conveniados e as tarifas praticadas:

Transfer: aeroporto - Porto de Galinhas - aeroporto = R\$ 70,00 (preço por pessoa, em base regular – serviço feito juntamente com outros passageiros).

### Modalidades da edição 2011

- Corrida rústica 5km e 10km;
- Dominó;
- Futebol society;
- Natação;
- Tênis;
- Tênis de mesa;
- Tiro esportivo;
- Vôlei de praia;
- Xadrez.

#### SUMMERVILLE BEACH RESORT

Pacote 4 noites - 29/10 a 2/11/2011

Tipo de acomodação	Single	Duplo/ por pessoa	Triplo/ por pessoa
	R\$ 2.393,00	R\$ 1.388,00	R\$ 1.156,00
Noite extra/ por pessoa	R\$ 599,00	R\$ 347,00	R\$ 289,00

Pacote 7 noites - 29/10 a 5/11/2011

Tipo de acomodação	Single	Duplo/ por pessoa	Triplo/ por pessoa
	R\$ 3.373,00	R\$ 1.946,00	R\$ 1.752,00
Noite extra/ por pessoa	R\$ 482,00	R\$ 277,00	R\$ 251,00

#### BEACH CLASS RESORT

Pacote 4 noites - 29/10 a 2/11/2011

Tipo de acomodação	Single	Duplo/ por pessoa	Triplo/ por pessoa
	R\$ 1.577,00	R\$ 1.060,00	R\$ 847,00
Noite extra/ por pessoa	R\$ 395,00	R\$ 265,00	R\$ 212,00

#### MARULHOS RESORT

Pacote 4 noites - 29/10 a 2/11/2011

Tipo de acomodação	Single	Duplo/ por pessoa	Triplo/ por pessoa
	R\$ 1.506,00	R\$ 848,00	R\$ 730,00
Noite extra/ por pessoa	R\$ 377,00	R\$ 212,00	R\$ 183,00

#### VILLAGE

Pacote 4 noites - 29/10 a 2/11/2011

Tipo de acomodação	Single	Duplo/ por pessoa	Triplo/ por pessoa
	R\$ 1.370,00	R\$ 772,00	R\$ 673,00
Noite extra/ por pessoa	R\$ 343,00	R\$ 193,00	R\$ 169,00

**IMPORTANTE:** a organização do evento não tem nenhuma responsabilidade sobre a comercialização de hospedagem, bilhete aéreo, transfer (aeroporto-hotel-aeroporto) e passeios.

**Luck Viagens**  
 Fones: (81) 3366-6202 / 6203 / 6204 / 6205  
 E-mail: luckeventos@luckviagens.com.br

Esperamos por você!

**Comissão Organizadora**

